

uma vez, que o PABAE desencadeou um processo que foi constituído, basicamente, pela busca incessante de consensos, mas definido, principalmente, por muitos dissensos.

*Siomara Borba*

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
E-mail : siomara@infolink.com.br

SPOSITO, Marília Pontes (org.).

*Juventude e escolarização* (1980-1998). Brasília: INEP/MEC, 2002, 317p. (Série Estado do Conhecimento n° 7)

Um mergulho em busca do aprofundamento da discussão sobre o tema da juventude na educação é o norte desse estudo, que abarca cerca de 4,4% do total das teses e dissertações produzidas na área da educação, tomando como referência os catálogos de teses de programas de pós-graduação em educação e o CD-ROM da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1980 a 1998. É fruto do trabalho de um grupo de pesquisadores originários de diferentes instituições, sob a coordenação geral de Marília Sposito (USP e Ação Educativa), com apoio da FAPESP, do CNPq e do INEP. A pesquisa privilegia como recorte o campo da sociologia, embora incorpore os estudos fundamentados no campo da psicologia, considerando a expressiva produção discente na área.

Sposito inicia a obra com o artigo “O estado do conhecimento sobre juventude e educação”, no qual expõe os caminhos investigativos utilizados para tematizar a juventude como categoria sociológica, no campo da educação. De pronto, deixa claro que os esforços para a compreensão nessa categoria sejam de

difícil configuração, pois os critérios que a constituem, enquanto sujeitos, são de ordem histórica e cultural (p. 7). Faz, para tanto, uma revisão exaustiva de vários autores, dentre eles Pais, Dubet, Donfut, Salem, Melucci, Peralva e Viana, que se destacaram por indicar que a juventude, como categoria sociológica, está imbricada por uma tensão indissolúvel entre a idéia de *fase* ou *ciclo de vida*, com contornos socioculturais e *modos de inserção* na organização estrutural da sociedade. O referencial teórico produzido por Sposito permite, portanto, perceber a polissemia como questão inerente à investigação sobre juventude, enfatizando a busca pela compreensão dos *modos de ser* da juventude existente. A autora explicita, a seguir, os dados e os critérios adotados para a produção teórica do estudo que identificou, analisou e descreveu, num conjunto de cerca de 332 dissertações e 55 teses, e anexa tabela relativa à distribuição das mesmas por orientadores.

Os autores dos artigos seguintes examinam de modo mais específico os sete eixos articuladores da produção, os percursos investigativos, suas orientações metodológicas, atributos positivos e lacunas. O estudo sobre “Aspectos psicossociais dos adolescentes”, realizado por Maria Cecília Cortez C. Souza (USP), abre o conjunto centrado na análise da produção acadêmica que privilegiou o diálogo com a psicologia da educação, especialmente a partir da década de 1980, representando 19,7% dos temas encontrados nas teses e dissertações. Essa produção enfatiza o exame dos aspectos psicossociais do comportamento dos adolescentes, envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, sexualidade, representações, drogas, relações familiares, gênero e identidade.

A relação do jovem com a escolarização é detidamente recuperada nos três artigos seguintes, que abordam res-

pectivamente a perspectiva do aluno do ensino fundamental e médio e a experiência do aluno da educação básica e de estudantes universitários que trabalham (jovens no ensino superior). O artigo “Juventude e escola”, de Juarez Dayrell (UFMG), analisa os resultados da ação escolar do ponto de vista dos jovens. O avanço dos estudos nesse campo tem apontado para a compreensão das culturas juvenis, embora o autor destaque a pouca tematização da categoria sociológica da juventude na pesquisa educacional. Neles, prevalece os aspectos estritamente pedagógicos, reduzindo o jovem à condição de aluno, sem considerar as múltiplas dimensões da experiência escolar e sem problematizar o jovem no espaço urbano e indicar as práticas educativas para além da escola.

Em “Jovens no mundo do trabalho e escola”, Maria Carla Corrochano (doutoranda da USP) e Marilena Nakano (da Fundação Santo André) revelam como a partir da década de 1980/1990, os estudos do campo trabalho-educação vão influenciar o alargamento do olhar sobre a juventude trabalhadora para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão do trabalho nas análises sobre a escola, especialmente as de nível médio, no bojo da política educacional e da nova LDB. Indica ainda a profunda ausência de estudos sobre o jovem desempregado no Brasil (como ele vive e suas ocupações no mercado informal, por exemplo).

Em “Estudantes universitários”, Paulo César Rodrigues Carrano (UFF) destaca a concentração de estudos sobre o tema na década de 1980, possivelmente pela busca de compreensão dos efeitos da Reforma Universitária que provocou a ampliação da oferta de ensino superior privado, sobretudo noturno, e alterou as formas de acesso por meio de mudanças nos exames vestibulares, além da forte presença dos debates em torno da autonomia universitária no contexto de redemocratização da sociedade brasi-

leira. As teses e dissertações enfocam o aluno, jovem trabalhador, seu ingresso no ensino superior noturno, a expansão da oferta, a evasão nos cursos, as trajetórias escolares e as escolhas profissionais do estudante. Carrano expõe, na apreensão dos trabalhos, a hipertrofia da categoria juventude, quando muito apreendendo o jovem a uma provisória identidade estudantil. Os trabalhos privilegiam, em sua maioria, o estudo das situações presentes num quadro de democratização da universidade, enfatizando o estudante das camadas populares e camadas médias emergentes.

Tomando como foco o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos de 1990, e os trabalhos voltados para o exame dos jovens *outsiders*, ou seja, aqueles que vivem em extrema condição de pobreza e acirrados processos de exclusão, Ana Paula de Oliveira Corti (mestranda da UFSCar) produz o artigo “Adolescentes em processo de exclusão social”. Segundo a autora, o interesse dos pesquisadores que desenvolveram teses e dissertações passam a centrar-se, então, na faixa etária anterior à maioridade, conforme marca o recorte legislativo, o que traz como novo vocabulário político identificador as denominações “meninos e meninas de rua” e cria outras lacunas na produção do conhecimento.

Em “Jovens e participação política”, Paulo César Rodrigues Carrano (UFF) analisa as teses e dissertações agrupadas na categoria participação política do jovem estudante e da socialização política e cidadania. Destaca-se, nesse campo, a maior tradição dos estudos sociológicos sobre juventude, voltados para os processos de mobilização social e ação política dos jovens.

Por último, Marília Pontes Sposito (USP) e Ana Paula de Oliveira Corti (mestranda da UFSCar) dão relevo aos “Temas emergentes”, dando voz aos poucos estudos sobre a juventude e sua relação com a violência escolar; a

influência da mídia escrita e televisiva sobre a adolescência e, por último, a nova presença dos grupos juvenis e seu papel atuante e mobilizador do ponto de vista cultural.

De fato, como o título da publicação expressa, o estado de conhecimento realiza uma fecunda investigação sobre a juventude e sua interface com os processos de escolarização. O amplo mapeamento dos estudos permite pensar projetivamente e abre novas possibilidades para a compreensão da maneira pela qual os indivíduos constroem sua socialização, como os atores se socializam e se constituem como sujeitos, em função das experiências vividas, ampliando o sentido do educativo. Essa obra, em síntese, constitui-se em fonte de pesquisa e reflexão por parte dos educadores e pesquisadores interessados em desenvolver estudos no campo da juventude e sua relação com a escolarização.

*Denise Cordeiro Terra*

Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

Antonio Carlos Xavier e Suzana Cortez (orgs.). *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, 200p.

### **A pluralidade viva da lingüística brasileira**

A lingüística é um campo de investigação que se firmou como ciência autônoma no início do século XX, e sua “certidão de nascimento” é o livro *Curso de lingüística geral*, publicado em 1916, compilação póstuma dos ensinamentos do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). As consequên-

cias dessa publicação foram enormes. Com base nas formulações de Saussure, desenvolveu-se uma escola de pensamento, o chamado *estruturalismo*, que se estendeu para fora da lingüística e conquistou adeptos na antropologia, na psicanálise, na psicologia e na filosofia. Desses primórdios até os dias de hoje, a lingüística sofreu inúmeras reformulações epistemológicas, ramificou-se em diversas escolas teóricas e metodológicas, até se tornar a ciência humana com a maior vocação para a interdisciplinaridade – o que se verifica nos próprios nomes das novas áreas de investigação, surgidas dentro do campo maior da lingüística: sociolingüística, psicolingüística, pragmática lingüística, lingüística cognitiva, antropologia lingüística, sociologia da linguagem, lingüística computacional etc. Na psicanálise, o estruturalismo se firmou com a escola fundada por Jacques Lacan (1901-1981), que tirou proveito de forma original e criativa dos postulados saussurianos.

Com isso, a abordagem dos fenômenos da linguagem humana ganhou *status* de atividade científica e se libertou das amarras normativo-prescritivas impostas pela milenar doutrina gramatical tradicional, fundada no mundo grego no século III a.C. e que constituiu, durante dois milênios e meio, o único corpo conceitual disponível para o estudo das línguas. Refletindo a organização social do período histórico em que foi elaborada, a gramática tradicional é essencialmente aristocrática: despreza a língua falada (considerada “caótica” e “corrupta”) e se concentra exclusivamente na língua escrita dos grandes autores do passado, canonizados como “modelos a imitar”. Tudo o que foge desse uso restrito e minoritário da linguagem é lançado na lata de lixo do “erro”; se uma dada palavra ou construção sintática não aparece na obra dos “clássicos” é porque está “errada” ou simplesmente “não existe”.